

" Palácio 8 de Março "

Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254

Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br

Email: secretaria@camaramonteazul.sp.gov.br

<u>Estado de São Paulo</u>

PROJETO DE LEI Nº 573/14

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de segurança e monitoramento por câmeras de vídeo nas áreas externas das agências dos correios e das instituições bancárias e financeiras que possuam agências ou postos de atendimento localizados no Município de Monte Azul Paulista e dá outras providências.

RAQUEL LAURIANO DE SOUZA, Vereadora da Câmara Municipal de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, no uso de atribuições legais, submete a apreciação desta casa de leis a seguinte proposição:

Art. 1° - As agências dos correios e as instituições bancárias e financeiras que possuam agências ou postos de atendimento instalados no âmbito do Município de Monte Azul Paulista ficam obrigados a instalar e manter permanentemente em funcionamento sistema de segurança e monitoramento por câmeras de vídeo em suas áreas externas, em quantidade suficiente para abranger todo o seu entorno.

Parágrafo Único - O monitoramento feito pelas câmeras previstas no caput deste artigo realizar-se-á através de gravação dos locais a serem protegidos, 24 (vinte e quatro) horas por dia, devendo obrigatoriamente permitir a captação de imagens da fachada do imóvel com cobertura de seu local de entrada e saída e das áreas que lhe deram acesso, bem como das vias públicas com que o mesmo faz divisa, com visão, no mínimo de 180º (cento e oitenta) graus.

Art. 2º - As imagens capturadas pelas câmeras de vídeo do sistema de segurança e monitoramento deverão possibilitar a identificação e o reconhecimento das pessoas que transitarem pelos locais protegidos.

Art. 3º Os arquivos com as imagens gravadas deverão ser armazenadas em local adequado e seguro em poder do estabelecimento, ficando à



" Palácio 8 de Março "

Rua Cel. João Manoel, nº. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254

Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br

Email: secretaria@camaramonteazul.sp.gov.br Estado de São Paulo

	and the contract of the contra	CONTRACTOR AND ADDRESS OF THE STREET AND ADD	
	Costa Filho		
disposição das autorida	des, sendo preservados p	pelo período mínimo de 90 (noventa) dias	3,
após o que poderão ser	eliminados.		
A	t. 4° - Os estabelecimento	o le nome Managaña os de que trata o artigo 1º desta lei terão	0
	A RESIDENCE AD CARROLL	em às exigências estabelecidas.	
prazo do 120 (como o 1		Pichard Ian Seach	
Δι		do disposto nesta lei sujeitará o infrator à	ıs
seguintes penalidades:	Câmara Municipal	D DIROTTA	
II - multa de R\$2	BISHAR BIDGA BIAOM BOL AND BOLLEGIS AND CONTRACTOR	o não superior a 30 (trinta) dias;	Ο,
· ·	de Costa Filino		
Pa	The second secon	ra-se reincidência para os fins desta lei,	а
		o do prazo de 30 (trinta) dias, após su	
punição definitiva.	Câmara Municipal de	ara Municipal de Monte Azul Paulista	småC
	t. 6° - Esta lei entra em vig	OARDO EM DISCUSSÃO MA OGAVO GOVA POR PROPERTO DE LA COMPANSA DEL COMPANSA DE LA COMPANSA DE LA COMPANSA DEL COMPANSA DE LA COMPANSA DEL COMPANSA DEL COMPANSA DE LA COMPANSA DEL COMPANSA DE LA COMPANSA	
	Monte Azul Paulista, 12 o	Antonio de Costa Filh 4102 eb oind Presidente da Câmara Municipal	

Raquel Lauriano de Souza

VEREADORA

Câmara Municipal de Monte Azul Paulista
DESPACHO para Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Plenário das Sessões, em <u>07.106.114</u>
Antonio da Costa Filho Presidente da Câmara Municipal

Câmara Municipal de Monte Azul Paulista
DESPACHO para Comissão de Finanças e
Orçamento.
Plenário das Sessões, em OZ 106 1 4

Antonio da Costa Filho
Presidente da Câmara Municipal

Câmara Municipal de Monte Azul Paulista

PUBLIQUE-SE PARA PRÓXIMA ORDEM DO DIA

Plenário das Sessões, em 16 106 1/4

Antonio da Costa Filho

Presidente da Câmara Municipal

Câmara Municipal de Monte Azul Paulista

APROVADO EM DISCUSSÃO

Plenário das Sessões, em 16/06/14

Antonio da Costa Filho

Presidente da Câmara Municipal

Câmara Municipal de Monte Azul Paulista

APROVADO EM DISCUSSÃO

Plenário das Sessões, em DI OF 1 14

Antonio da Costa Filho

Presidente da Câmara Municipal

Câmara Municipal de Monte Azul Paulista

EXTRAIA-SE O COMPETENTE AUTOGRAFO

Remeta-se ao Sr. Prefeito Municipal a fim
de ser promulgado

Plenário das Sessões em ATIOTIJA

Antonio da Côsta Filho

Presidente da Câmara Municipal



"Palácio 8 de Março"

Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254

Site: <u>www.camaramonteazul.sp.gov.br</u> Email : secretaria@camaramonteazul.sp.gov.br

<u>Estado de São Paulo</u>

Justificativa

Com o crescente número de ocorrências de furto e roubo na saída de estabelecimentos que habitualmente lidam com numerários, tais como, agências bancárias, correspondentes bancários, lotéricas, agências dos correios, entre outros. A sociedade monte-azulense precisa de instrumentos para reprimir, coibir, proteger e consequentemente diminuir esta modalidade de crime.

Sabemos que houve uma necessária evolução de sistemas de segurança nas agências bancárias para coibir os assaltos aos estabelecimentos financeiros, como instalação de cofres programados, câmeras de vídeo com monitoramento internas, portas automáticas com detectores de metais, entre outros.

Acreditamos que com essas medidas, os estabelecimentos bancários de grande porte conseguiram dificultar e reduzir os assaltos ao seu patrimônio. No entanto, como as mentes criminosas são ágeis em buscar mecanismos para manutenção de seus delitos, os mesmos migraram essas ações de furto e roubo de numerários, passando a agir com o modus operandi contra os clientes, que nesse elo criminoso, certamente são os mais vulneráveis.

Necessário se faz então, buscarmos mecanismos para proteger esses cidadãos, que na correria do dia-a-dia não desconfiam que estão sendo observados em suas mais singelas atividades cotidianas.

Ao entrar em uma agência dos correios, numa agência bancária, numa lotérica, ou num correspondente bancário, o cidadão fica focado em resolver suas demandas com aquelas instituições, e, quando menos esperam estão sendo atacados, porque já estavam sendo examinados desde sua entrada nestes estabelecimentos, quase sempre vigiados durante a sua permanência e continuamente a sua saída. Ou seja, o meliante premeditadamente acompanhou toda a rotina do cliente, surpreendendo-o no trajeto de retorno aos seus carros, ou ao transporte coletivo, ou às suas residências.

Os objetivos do presente projeto de lei, visa dificultar e diminuir as ações dos criminosos, com a obrigatoriedade do isolamento visual, de forma preventiva, as câmeras de segurança tem o intuito de diminuir ainda mais esse tipo de abordagem, pois os meliantes certamente ao perceberem que podem ser registrados nas imagens de segurança, podem até conseguir um intento esporádico, mas serão visualizados com facilidade pelas equipes de segurança em intentos futuros.



"Palácio 8 de Março"

Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254

Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br
Email : secretaria@camaramonteazul.sp.gov.br

Estado de São Paulo

E principalmente, gostaríamos de citar que esta iniciativa através de Leis que coibem as ações dos meliantes, já estão sendo protocoladas e aprovadas em diversos municípios do país. A luta pela redução da criminalidade focada em ações preventivas é responsabilidade de todo legislador.

Com isso posto, esta Casa de Leis não pode se furtar à esta discussão, trazendo com a aprovação do presente projeto de lei, ações necessárias para dificultar as ações dos meliantes, e nós passarmos a ser os olheiros que acompanham toda a movimentação suspeita nas agências dos correios, nas agências bancárias, nas lotéricas, nos correspondentes bancários, enfim, nos principais estabelecimentos que movimentam grandes quantidades de numerários e clientes.

Conhecedores que somos dos virtuosos lucros que as instituições elencadas neste Projeto de Lei usufruem no seu dia a dia, nada mais justo que cobremos das mesmas a obrigação de investirem em mais segurança para os trabalhadores, que ficam vulneráveis e para os clientes.

Nossa proposta visa principalmente, proteger as operações realizadas pelos clientes nestes estabelecimentos, podendo inverter a situação de, ao invés de identificarmos potenciais vítimas, possamos passar a identificarmos e determos os potenciais criminosos.

" Palácio 8 de Março "

Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361-1254 CNPJ n°. 54.163.167/0001-00 = Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br

Email: secretaria@camaramonteazul.sp.gov.br Estado de São Paulo - Brasil

Significa

PARECER EM CONJUNTO

COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

ASSUNTO: PROJETO DE LEI Nº 573, DE 12 DE MAIO DE 2014.

DISPONDO SOBRE: OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE VÍDEO NAS ÁREAS EXTERNAS DAS AGÊNCIAS DOS CORREIOS E DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS E FINANCEIRAS QUE POSSUAM AGÊNCIAS OU POSTOS DE ATENDIMENTO LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECISÃO DAS COMISSÕES

ESTAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FINANÇAS E ORÇAMENTO APÓS PROCEDEREM O CUIDADOSO EXAME NO PROJETO DE LEI N° 573, DE 12 DE MAIO DE 2014 - DISPONDO SOBRE: OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE VÍDEO NAS ÁREAS EXTERNAS DAS AGÊNCIAS DOS CORREIOS E DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS E FINANCEIRAS QUE POSSUAM AGÊNCIAS OU POSTOS DE ATENDIMENTO LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, EM REUNIÃO DE SEUS MEMBROS, ANALISANDO SUAS DISPOSIÇÕES, NADA ENCONTRARAM QUE FERISSEM AS NORMAS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS OU JURÍDICAS, DECIDIRAM EMITIR PARECER FAVORÁVEL AO MENCIONADO PROJETO DE LEI, POR ESTAR O MESMO REVESTIDO DAS FORMALIDADES LEGAIS, ESPERANDO MERECER O APOIO DOS DEMAIS PARES DESTA CASA DE LEIS.

É O NOSSO PARECER.

MONTE AZUL PAULISTA, 13 DE JUNHO DE 2014.

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E

<u>REDAÇÃO</u>

FÁBIO JERÔNIMO MARQUES
PRESIDENTE

ANTONIO ARNALDO GURJON RELATOR

ANA MARIA FONZAR PLAZA
MEMBRO

FINANCAS E ORCAMENTO

ONILDA B. SANTOS ROCHA PRESIDENTE

180 XI

ELIEL PRIOLI RELATOR

RAQUEL LAURIANO DE SOUZA

MEMBRO

Câmara Municipal de Monte Azul Paulista

PUBLIQUE-SE PARA PRÓXIMA ORDEM DO DIA

Plenário das Sassoes, em 16 106 14

Antonio da Costa Filho

Presidente da Câmara Municipal

Câmara Municipal de Monte Azul Paulista

APROVADO EM

Plenário das Sessões, em 16 106 14

Antonio da Costa Filho

Presidente da Câmara Municipal

Câmara Municipal de Monte Azul Paulista

APROVADO EM

Plenário das Sessões, em

Antonio da Costa Filho

Presidente da Câmara Municipal



" Palácio 8 de Março "

Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254

Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br Email : secretaria@camaramonteazul.sp.gov.br

<u>Estado de São Paulo</u>

AUTÓGRAFO Nº.1231/2014

REFERENTE: PROJETO DE LEI Nº 573/14

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE VÍDEO NAS ÁREAS EXTERNAS DAS AGÊNCIAS DOS CORREIOS E DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS E FINANCEIRAS QUE POSSUAM AGÊNCIAS OU POSTOS DE ATENDIMENTO LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTORA: RAQUEL LAURIANO DE SOUZA

OS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE AZUL PAULISTA, ESTADO DE SÃO PAULO, APROVARAM O SEGUINTE PROJETO DE LEI:

ARTIGO 1º - As agências dos correios e as instituições bancárias e financeiras que possuam agências ou postos de atendimento instalados no âmbito do Município de Monte Azul Paulista ficam obrigados a instalar e manter permanentemente em funcionamento sistema de segurança e monitoramento por câmeras de vídeo em suas áreas externas, em quantidade suficiente para abranger todo o seu entorno.

Parágrafo Único - O monitoramento feito pelas câmeras previstas no caput deste artigo realizar-se-á através de gravação dos locais a serem protegidos, 24 (vinte e quatro) horas por dia, devendo obrigatoriamente permitir a captação de imagens da fachada do imóvel com cobertura de seu local de entrada e saída e das áreas que lhe deram acesso, bem como das vias públicas com que o mesmo faz divisa, com visão, no mínimo de 180º (cento e oitenta) graus.

ARTIGO 2º - As imagens capturadas pelas câmeras de vídeo do sistema de segurança e monitoramento deverão possibilitar a identificação e o reconhecimento das pessoas que transitarem pelos locais protegidos.

ARTIGO 3º - Os arquivos com as imagens gravadas deverão ser armazenadas em local adequado e seguro em poder do estabelecimento, ficando à disposição das autoridades, sendo preservados pelo período mínimo de 90 (noventa) dias, após o que poderão ser eliminados.

ARTIGO 4° - Os estabelecimentos de que trata o artigo 1° desta lei terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias para se adequarem às exigências estabelecidas.

ARTIGO 5º - O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

1



"Palácio 8 de Março"

Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254 Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br

Email: secretaria@camaramonteazul.sp.gov.br Estado de São Paulo

I - notificação para regularização, em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

II - multa de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), se descumprida a notificação, aplicável em dobro para os casos de reincidência.

<u>Parágrafo Único</u> - Considera-se reincidência para os fins desta lei, a infração repetida ou continuada, apurada dentro do prazo de 30 (trinta) dias, após sua punição definitiva.

ARTIGO 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Azul Paulista, 08 de Julho de 2014.

ANTONIO DA COSTA FILHO

Presidente

Vice-Presidente

vice i reside

TIAGO FABRÍCIO PONTES

1º Secretário

FÁBIO JERÔNIMO MARQUES 2º Secretário

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco nº 86 - CEP 14730-000

LEI Nº 1.946, 14 DE JULHO DE 2014

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE VÍDEO NAS ÁREAS **EXTERNAS** DAS **AGÊNCIAS** DOS CORREIOS E DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS **FINANCEIRAS** Ε POSSUAM AGÊNCIAS OU POSTOS DE ATENDIMENTO LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTORA: RAQUEL LAURIANO DE SOUZA

PAULO SERGIO DAVID, Prefeito do Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - As agências dos correios e as instituições bancárias e financeiras que possuam agências ou postos de atendimento instalados no âmbito do Município de Monte Azul Paulista ficam obrigados a instalar e manter permanentemente em funcionamento sistema de segurança e monitoramento por câmeras de vídeo em suas áreas externas, em quantidade suficiente para abranger todo o seu entorno.

Parágrafo Único - O monitoramento feito pelas câmeras previstas no caput deste artigo realizar-se-á através de gravação dos locais a serem protegidos, 24 (vinte e quatro) horas por dia, devendo obrigatoriamente permitir a captação de imagens da fachada do imóvel com cobertura de seu local de entrada e saída e das áreas que lhe deram acesso, bem como das vias públicas com que o mesmo faz divisa, com visão, no mínimo de 180º (cento e oitenta) graus.

ARTIGO 2º - As imagens capturadas pelas câmeras de vídeo do sistema de segurança e monitoramento deverão possibilitar a identificação e o reconhecimento das pessoas que transitarem pelos locais protegidos.

ARTIGO 30 Os arquivos com as imagens gravadas deverão ser armazenadas em local adequado e seguro em poder do estabelecimento,

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco n° 86 - CEP 14730-000

ficando à disposição das autoridades, sendo preservados pelo período mínimo de 90 (noventa) dias, após o que poderão ser eliminados.

ARTIGO 4º - Os estabelecimentos de que trata o artigo 1º desta lei terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias para se adequarem às exigências estabelecidas.

ARTIGO 5º - O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - notificação para regularização, em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

II - multa de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), se descumprida a notificação, aplicável em dobro para os casos de reincidência.

<u>Parágrafo Único</u> - Considera-se reincidência para os fins desta lei, a infração repetida ou continuada, apurada dentro do prazo de 30 (trinta) dias, após sua punição definitiva.

ARTIGO 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Azul Paulista, 14 de julho de 2014.

PAULO SERGIO DAVID Prefeito do Município

Registrada e Publicada no expediente da Secretaria da Prefeitura Municipal de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, em 14 de julho de 2014.

PAULO SERGIO DAVID Prefeito do Município



Prefeitura do Município de Monte Azul Paulista

ESTADO DE SÃO PAULO Praca Rio Branco, nº86 - CEP 14730-000 Fone: (17)3361.9500

LEI Nº 1.946, 14 DE JULHO DE 2014 DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE VÍDEO NAS ÁREAS EXTERNAS DAS AGÊNCIAS DOS CORREIOS E DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS E FINANCEIRAS QUE POSSUAM AGÊNCIAS OU POSTOS DE ATENDIMENTO LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTORA:RAQUEL LAURIANO DE SOUZA
PAULO SERGIO DAVID, Prefeitodo Municipio de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber queCâmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei: ARTIGO 10 - As agências dos correios e as instituições bancárias e financeiras que possuam agências ou postos de atendimento instalados no âmbito do Município de Monte Azul Paulista ficam obrigados a instalar e manter permanentemente em funcionamento sistema de segurança e monitoramento por câmeras de video em suas áreas externas, em quantidade suficiente para abranger todo o seu entorno.

Parágrafo Unico - O monitoramento feito pelas câmeras previstas no caput deste artigo realizar-se-á através de gravação dos locais a serem protegidos, 24 (vinte e quatro) horas por dia, devendo obrigatoriamente permitir a captação de imagens da fachada do imóvel com cobertura de seu local de entrada e saída e das áreas que lhe deram acesso, bem como das vias públicas com que o mesmo faz divisa, com visão, no mínimo de 180º (cento e citenta) graus.

ARTIGO 20 - As imagens capturadas pelas câmeras de vídeo do sistema de segurança e monitoramento deverão possibilitar a identificação e o reconhecimento

das pessoas que transitarem pelos locais protegidos.

ARTIGO 30 - Os arquivos com as imagens gravadas deverão ser armazenadas em local adequado e seguro em poder do estabelecimento, ficando a disposição das autoridades, sendo preservados pelo período mínimo de 90 (noventa) dias, após o que poderão ser eliminados.

ARTIGO 40- Os estabelecimentos de que trata o artigo 1º desta lei terão o prazo de 120 (cento e vinte) días para se adequarem às exigências estabelecidas.

ARTIGO 50 - O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator às sequintes penalidades:

 notificação para regularização, em prazo não superior a 30 (trinta) dias;
 multa de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), se descumprida a notificação, aplicável em dobro para os casos de reincidência.

Parágrafo Único - Considera-se reincidência para os fins desta lei, a infração repetida ou continuada, apurada dentro do prazo de 30 (trinta) dias, após sua punição definitiva

ARTIGO 60 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Azul Paulista, 14 de julho de 2014. PAULO SERGIO DAVID

Prefeito do Município

Registrada e Publicada no expediente da Secretaria da Prefeitura Municipal de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, em14 de julho de 2014.

PAULO SERGIO DAVID Prefeito do Município